

Aprovado por unanimidade na reunião
de 21 de janeiro, registando-se a ausência
do L, do PCP, do CDS-PP e do JPP

Ex.^{mo} Senhor Presidente da Comissão de Economia e Coesão
Territorial

Deputado Pedro Coimbra

Assunto: Requerimento para audição conexa com a 13^a CREPL (Comissão da Reforma do Estado e do Poder Local) do Ministro da Economia e da Coesão Territorial, do Presidente cessante da CCDR do Alentejo e do próximo Presidente, decorrente da eleição de 12 de janeiro, sobre a previsão do Alentejo ter uma redução em cerca de 700 milhões de euros no respeitante aos fundos europeus de coesão da União Europeia, previstos para 2028-2034

Ex.^{mo} Sr. Presidente,

A atualização recente do PIB per capita, divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística em dezembro de 2025¹, promoveu o Alentejo para valores acima dos limites que definem as regiões com direito a reforço de apoios financeiros, o que implica um corte nos fundos europeus de 2028 a 2034, estimado em 700 milhões de euros, que corresponde a mais de metade do que recebe atualmente.

O Alentejo surge como a única região do país onde se prevê um corte expressivo de financiamento, cuja justificação se sustenta no crescimento registado estar acima do limiar dos 75% da média da UE, o que implica deixar de ser considerada uma região menos desenvolvida para efeitos de fundos europeus, passando a ser identificada como uma área em transição.

Já em setembro de 2025, o Presidente da CCDR do Alentejo, António Ceia da Silva, que tem gerido as verbas destes fundos de coesão, tinha sublinhado que o Alentejo poderia deixar de ser considerado uma região de convergência no próximo quadro comunitário de apoio, afirmando que o impacto económico de Sines tem um peso decisivo nesta alteração, para além do crescimento exponencial do turismo no litoral alentejano e o *“envelhecimento da população e a perda demográfica”*.^{2 3}

¹ [Portal INE - Destaque 707487423](#)

² [Alentejo pode perder 700M€ e deixar de ser região de convergência após 2027](#)

³ [Sines e turismo distorcem indicadores e deixam Alentejo à beira de perder 700 milhões – Rádio Portalegre](#)

Para além do referido pelo Presidente da CCDR Alentejo, os recentes dados do INE indicam a mencionada alteração nesta região deriva também do facto de em 2023, o governo socialista ter deferido duas novas regiões (Península de Setúbal e Oeste e Vale do Tejo), compostas por municípios provenientes da Área Metropolitana de Lisboa, sendo que esta decisão implicou que o PIB per capita do Alentejo passa-se a ser calculado apenas com as sub-regiões mais ricas e, por consequência, o seu aumento de forma artificial.⁴

De referir que de acordo com o quadro financeiro atual (2021-2027), à região alentejana estão alocados aproximadamente 1100 milhões de euros, prevendo-se que no próximo exercício (2028-2034) haverá uma redução em mais de metade do referido valor.

Concretamente, os cortes aplicam-se no Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e no Fundo Social Europeu, que implicará reduções nas percentagens de comparticipação a potenciais projetos no âmbito dos inerentes dos programas regionais.

Recorde-se, que em Portugal as regiões que têm o PIB per capita abaixo de 75% da média da UE e que recebem mais fundos europeus, são o Norte, Centro, Oeste e Vale do Tejo, Península de Setúbal e Açores.

Por sua vez, as regiões que têm o PIB entre 75% e 100% da média da UE e que recebem por consequência menos verbas, são o Algarve, a Madeira e a partir de 2028, o Alentejo.

Perante o explicitado, exige-se que se priorize uma análise sobre este potencial corte dos fundos de coesão para o Alentejo, que tende a reduzir drasticamente a implementação de projetos que promovam a dinamização e diversificação da economia na região, assim como a coesão territorial, face às reconhecidas necessidades existentes nesta região.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, vem o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA requerer a audição conexas com a 13ª CREPL, do Ministro da Economia e da Coesão Territorial, do Presidente cessante da CCDR do Alentejo e do próximo Presidente, decorrente da

⁴ [Norte mantém fundos europeus mas Alentejo sofre rombo em 2028 - JN](#)

eleição de 12 de janeiro, sobre a previsão do Alentejo ter uma redução em cerca de 700 milhões de euros no respeitante aos fundos europeus de coesão da União Europeia, previstos para 2028-2034

Palácio de S. Bento, 9 de janeiro de 2026

O Deputado do GPCH,

Filipe Melo